



ampliando a coordenação entre geração distribuída (GD) e comercialização de créditos de energia, capturando sinergias operacionais, otimizando a gestão e proporcionando maior flexibilidade para adaptação às condições de mercado. Paralelamente, a Companhia criou ainda um amplo processo de reorganização financeira e societária, revisando sua estrutura de capital, racionalizando investimentos, reavaluando ativos não estratégicos e fortalecendo sua estrutura de governança. As medidas implementadas ao longo do exercício e intensificadas após seu encerramento refletem o compromisso da Administração com a construção de uma Companhia mais eficiente, financeiramente equilibrada e preparada para um novo ciclo de crescimento. Os ativos da Companhia permaneceram operacionais durante todo o exercício, consolidando um portfólio que hoje representa sua principal plataforma de

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	Reapresentado 2024	2025	Reapresentado 2024
Circulante					
Fornecedores	13	102.890	140.354	113.663	144.214
Empréstimos	14	145.382	90.705	152.451	120.718
Obrigações tributárias	15	6.726	3.598	9.156	4.774
Obrigações trabalhistas		422	397	594	463
Partes relacionadas	9	32.505	30.687	14.074	–
Adiantamentos	16	22.942	2.758	22.944	2.760
Passivos contratuais		–	–	5.510	–
Valor justo de contratos		112.588	75.160	112.588	75.160
Dividendos propostos		–	–	195	184
Contingências	18	–	–	199	574
Outros passivos	16	13.198	36.699	13.312	36.960
		436.653	380.358	444.686	385.807
Passivo mantido para venda	12	–	–	183.885	260.467
		436.653	380.358	628.571	646.274
Não circulante					
Valor justo de contratos		7.511	24.974	7.511	24.973
Passivo fiscal diferido	17.c	125	–	125	–
Obrigações tributárias	15	3.909	–	8.927	5.018
Outras contas a pagar	16	–	–	5.293	6.095
Empréstimos	14	–	2.283	183.950	37.558
Participação societária descoberto		838	109	–	–
		12.383	27.366	205.806	73.644
Patrimônio líquido					
Capital social	19	38.760	38.760	38.760	38.760
(-) Ações em tesouraria		(17.200)	(17.200)	(17.200)	(17.200)

avancos relevantes na renegociação de obrigações financeiras, tratativas que vêm evoluindo de forma satisfatória, e a Companhia manteve integralmente sua capacidade operacional e suas autorizações regulatórias, agora classificadas apenas como “tipo 2”. Implementou medidas destinadas ao fortalecimento de sua estrutura de capital, promoveu a racionalização de sua estrutura societária, iniciou a reorganização de sua estratégia comercial por meio da constituição de consórcios voltados à otimização da comercialização da energia produzida por seus ativos e permaneceu conduzindo tratativas relacionadas a operações estratégicas destinadas à otimização de seu portfólio de investimentos. Em 06/07/2026, a Companhia apresentava determinados vencimentos de obrigações financeiras contratados no curto prazo e mantém indicadores de liquidez que demandam a implementação de medidas para o fortalecimento de sua estrutura de capital e preservação do fluxo de caixa operacional. Nesse contexto, a Administração está conduzindo negociações com instituições financeiras e demais credores visando ao repêrimento e à extensão dos prazos de vencimento de parte relevante de seu endividamento financeiro. Adicionalmente, a Companhia está em processo avançado de avaliação e negociação para alienação de determinados ativos de geração solar, operação que tem como objetivo gerar recursos para redução de endividamento, reforço do capital de giro e otimização de sua estrutura financeira. A capacidade de a Companhia continuar operando normalmente está significativamente relacionada ao êxito dessas iniciativas, especialmente à conclusão das negociações para extensão dos vencimentos da dívida e à efetivação da venda dos ativos solares em condições compatíveis com as premissas consideradas pela Administração. Adicionalmente, a Administração considerou, em sua avaliação, a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros decorrentes de operações estratégicas em desenvolvimento, a existência de ativo contingente relevante suportado por pareceres jurídicos independentes, que sustentam a robustez da posição da Companhia, o que reforça as perspectivas de continuidade dos negócios, bem como a manutenção da capacidade operacional de seus empreendimentos, fatores que, em conjunto, reforçam as perspectivas de continuidade dos negócios.

1.3. Operação Compliance Zero: No tocante aos fatos relacionados à denominada Operação Compliance Zero, a Administração concluiu, com base nas diligências realizadas e nas informações disponíveis até a presente data, que tais eventos não produziram impactos materiais sobre a continuidade operacional, financeira, regulatória ou contratual da Companhia, permanecendo preservadas sua capacidade operacional, sua estrutura de governança, seus relacionamentos comerciais e sua regularidade perante os órgãos reguladores e financiadores. Importante destacar que eventual disputa com os acionistas envolvidos se restringe à esfera societária, sem reflexos sobre as operações, os contratos, as licenças ou a capacidade de geração de caixa da Companhia, não comprometendo, portanto, sua continuidade operacional. A Administração entende que o conjunto das medidas implementadas após o encerramento do exercício, aliado à evolução das negociações estratégicas em andamento, ao fortalecimento dos mecanismos de governança corporativa e às perspectivas de geração de caixa dos ativos operacionais, constitui evidência suficiente para suportar a adoção do pressuposto de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações contábeis. Não obstante, em observância às melhores práticas de governança corporativa, a Administração continuará monitorando permanentemente a evolução de sua posição financeira, das condições de mercado, das negociações em curso e dos demais fatores que possam impactar seus negócios, revisando temporariamente as premissas que suportam essa avaliação sempre que novos fatos ou circunstâncias assim o exigirem, maiores detalhes item 24.f. 2. **Reapresentação das demonstrações contábeis auditadas em 2024:** A Companhia decidiu por representar as demonstrações contábeis de 2024, individuais e consolidadas, em conformidade com o CPC 23. Serão reapresentados os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, indi-

As notas explicativas da Administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

continuação ➔

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação ◀

2.3.1 Operação descontinuada: Em 2025 a Companhia de forma estratégica manteve a opção pela venda dos parques fotovoltaicos pertencentes ao segmento de Geração Distribuída. Desta forma, os ativos relacionados abaixo foram destinados ao grupo "ativos para venda" (referência nota "9"). As sociedades UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.; UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda., UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.; UFV TNT Jaguaruana I Ltda.; UFV TNT Jaguaruana II Ltda.; UFV TNT Jaguaruana III Ltda., que são controladas pela Trinity Energias Renováveis S.A. As sociedades UFV TNT Agrestina I Ltda.; UFV TNT Ipu Ltda.; UFV TNT Irecê I Ltda.; UFV TNT Irecê II Ltda.; UFV TNT Irecê III Ltda.; UFV TNT Morada Nova I Ltda.; UFV Morada Nova II Ltda.; UFV TNT Itaquitinga Ltda.; UFV TNT Petrolina I Ltda.; UFV TNT Petrolina II Ltda.; UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.; UFV TNT Canindé I Ltda.; UFV TNT Canindé II Ltda.; UFV TNT Canindé III Ltda., que são controladas pela Trinity Participações e Administração de Bens Ltda. As sociedades UFV TNT Sertânia I Ltda.; UFV TNT Sertânia II Ltda.; UFV TNT Petrolândia I Ltda.; UFV TNT Santana do Seridó I Ltda.; UFV TNT Currais Novos I Ltda.; UFV TNT Currais Novos II Ltda., que são controladas pela Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda. **4. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil) :** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 14/07/2026. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota nº 7** – Contas a receber; **• Nota nº 18** – Provisão para contingências; **• Nota nº 23** – Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **e) Gestão do capital:** A Sociedade busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias. **5. Principais políticas contábeis adotadas :** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados: **5.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: • Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Sociedade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, no VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **• Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **• Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **• Desconsideração de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Sociedade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido o retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com esse ativo. **Passivos financeiros : • Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Sociedade, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **• Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **• Desconsideração de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **5.2. Caixas e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado. **5.3. Contas a receber:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço e valores a receber da CCEE "Câmara de Comercialização de Energia Elétrica", contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, dessa forma os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **5.4. Fornecedores de energia:** Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Sociedade e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **5.5. Valor justo dos contratos de energia:** A Sociedade tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Sociedade tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preço futuros dos submercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **Demais passivos circulares e não circulares** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **5.6. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, à exceção de projetos em andamento, acrescidos dos juros incorridos e despesas financeiras capitalizadas durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. De acordo com as especificações técnicas dos fabricantes, para os projetos solares a taxa de vida útil é de 25 anos. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. **5.7. Ativos mantidos para venda :** Conforme o CPC 31 (Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), foram classificados os ativos que estão disponíveis para venda. Os Ativos foram mensurados pelo menor valor, sendo reconhecidos pelo seu valor contábil líquido. Estão sendo realizados estudos (impairment) que garantem a performance, e o valor pelo qual estão classificados. **5.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **5.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **5.10. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **5.11. Reconhecimento de receita e custo de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Sociedade. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **5.12. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis: **(i) Participação de acionistas não-controladores:** A Sociedade elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição. Mudanças na participação da Sociedade em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Controladas:** A Sociedade controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Sociedade obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **5.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2025 :**

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IFRS 17 / CPC 56 – Contratos de Seguro. Em vigor a partir de 1º/01/2026.	Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Não se espera impacto significativo, pois a Sociedade não possui operações com contratos de seguro abrangidos por IFRS 17.
IFRS 16 (R2) / CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Ajustes e esclarecimentos. Em vigor a partir de 1º/01/2026.	Clarifica tratamento de arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, incluindo simplificação de divulgação. Não se espera efeito relevante nas demonstrações contábeis da Sociedade, que já aplica IFRS 16 / CPC 06 (R2).
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Em vigor a partir de 1º/01/2027.	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Trinity está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e suas notas explicativas.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Em vigor a partir de 1º/01/2027.	O IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. A Trinity não é elegível para a aplicação do IFRS 19.
Reforma Tributária (LC nº 214/2025). Em vigor a partir de 1º/01/2026.	Introduz alterações significativas na legislação tributária brasileira, incluindo unificação de tributos sobre consumo e mudanças na tributação de empresas. A Administração está avaliando os impactos da reforma sobre a tributação da Sociedade. Até a data de 31/12/2025, não há efeito contabilizado nas demonstrações contábeis.

5.14. Impactos da reforma tributária: a) Reforma tributária do consumo (LC 214/2025) : A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20/12/2023,

promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: **• CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; **• IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; **• Imposto Seletivo (IS):** Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e, **• Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **b) Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025) :** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26/12/2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: **• Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;** **• Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;** **• Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;** e **• Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).** A Companhia avaliou os efeitos potenciais dessas alterações sobre suas operações e demonstrações contábeis. Após análise detalhada, concluiu-se que não há impactos relevantes a serem reconhecidos ou divulgados nas presentes demonstrações contábeis, seja em termos de mensuração, apresentação ou divulgação adicional. A Companhia continuará acompanhando a regulamentação e eventuais desdobramentos futuros relacionados à reforma tributária, assegurando que quaisquer impactos relevantes sejam refletidos tempestivamente em suas demonstrações contábeis. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e bancos	2	3.602	2	3.605
Aplicações financeiras	14.009	30.132	14.014	30.184
	14.011	33.734	14.016	33.789

Em 31/12/2025, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras de primeira linha, o que não denota expectativas de risco de perdas com estes instrumentos financeiros, remuneradas pela taxa média de 100% de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em aplicações em CDB e 90 % em aplicações em compromissada, de acordo com os contratos firmados pelas Sociedades e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos; dessa forma consideradas de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **7. Contas a receber : Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Não faturados (1)	90.652	134.626	90.652	134.626
Faturados	7.157	281	79.198	88.171
	97.809	134.907	169.850	222.797
Ativo circulante	97.809	134.907	114.568	146.502
Ativo não circulante	–	–	55.282	76.295
	97.809	134.907	169.850	222.797

(1) O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu em cada data base e faturado e recebido no mês subsequente; (2) Os valores a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou (CCEE), referem-se a excedente de energia que foram liquidados. Composição por vencimento dos valores a receber são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	208.540	222.354	–	–
Vencidos em até 90 dias	1.271	–	132	–
De 91 dias a 180 dias	2.279	–	–	–
De 181 a 360 dias	93	–	92	–
Acima de 360 dias	395	–	219	–
Juros a Apropriar (AVP)	(42.728)	–	–	–
	169.850	222.797	222.797	222.797

8. Outros ativos: Outros ativos são compostos por adiantamentos das operações e predominantemente de custos antecipados e valor a receber vinculados a operação dos ativos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a Fornecedores	1.259	220	5.561	3.843
Despesas antecipadas	260	6.891	366	6.937
Outros Recebíveis	432	8.411	965	8.804
Outros créditos – clientes em recuperação judicial	728	728	728	728
(-) PECLD	(682)	–	(682)	–
	1.997	16.250	6.938	20.312

9. Partes relacionadas: a) No Ativo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
UFV TNT Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	7.738	9.017	–	–
UFV TNT Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	18.524	6.782	–	–
UFV TNT Jaguaruana I Ltda.	–	1.717	–	–
UFV TNT Jaguaruana II Ltda.	–	1.989	–	–
UFV TNT Jaguaruana III Ltda.	1.630	1.796	–	–
UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.	11.644	2.573	–	–
UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.	7.533	5.630	–	–
UFV TNT Itaquitinga Ltda.	3.996	9.467	–	–
UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.	5.260	1.936	–	–
UFV TNT Petrolândia I Ltda.	–	13.977	–	–
UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.	4.123	1.947	–	–
UFV TNT Ipu I Ltda.	2.804	2.780	–	–
UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.	3.703	1.933	–	–
UFV TNT Irecê I Ltda.	619	99	–	–
UFV TNT Irecê II Ltda.	793	433	–	–
UFV TNT Irecê III Ltda.	762	449	–	–
UFV TNT Canindé I Ltda.	1.909	3.551	–	–
UFV TNT Canindé II Ltda.	1.279	3.545	–	–
UFV TNT Canindé III Ltda.	553	2.022	–	–
UFV TNT Agrestina Ltda.	2.580	–	–	–
UFV TNT Camurupim I	544	–	–	–
UFV TNT Camurupim II	519	–	–	–
UFV TNT Caico I	202	–	–	–
UFV TNT Petrolina I	3.398	–	–	–
UFV TNT Petrolina II	1.819	–	–	–
UFV TNT Trairi I Ltda.	4.335	–	–	–
Trinity Energias – Filial	1	–	–	–
Trinity Participações	5.692	17.535	–	–
Trinity Nordeste	29.835	13.791	–	–
Kompass Energia S.A.	261	5.072	–	–
Evolua Livre	150	–	150	–
	122.205	112.699	150	–

b) Contas do passivo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
UFV TNT Morada Nova I Ltda.	(8)	(8)	–	–
UFV TNT Morada Nova II Ltda.	(8)	(8)	–	–
UFV TNT Agrestina Ltda.	–	(592)	–	–
UFV TNT Petrolina I Ltda.	–	(37)	–	–
UFV TNT Petrolina II Ltda.	–	(300)	–	–
UFV TNT Trairi I Ltda.	–	(2.132)	–	–
UFV TNT Trairi II Ltda.	(7)	(7)	–	–
UFV TNT Cação I Ltda.	(101)	(2.324)	–	–
UFV TNT Cação II Ltda.	(153)	(2.260)	–	–
UFV TNT Camurupim I Ltda.	–	(847)	–	–
UFV TNT Camurupim II Ltda.	–	(941)	–	–
UFV TNT Currais Novos I Ltda.	(763)	(2.784)	–	–

continuação ▶

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ◀						TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.					
	Controladora		Consolidado			Composição	Taxa de depreciação (%)	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024				Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Reapresentado Imobilizado líquido
UFV TNT Currais Novos II Ltda.	(875)	(2.938)	-	-	-						
UFV TNT Mossoro I Ltda.	(874)	(4.131)	-	-	-						
UFV TNT Mossoro II Ltda.	(828)	(2.489)	-	-	-	Aparelhos telefônicos – controladora	20	22	(11)	11	16
UFV TNT Mossoro III Ltda.	(868)	(2.840)	-	-	-	Instalações – controladora	10	33	(10)	23	26
UFV TNT Santana do Seridó Ltda.	(1.889)	(1.737)	-	-	-	Veículos – controladora	20	346	(141)	205	275
UFV TNT Sertania I Ltda.	(903)	(2.037)	-	-	-	Arrendamentos – controladora		524	(524)	-	524
UFV TNT Sertania II Ltda.	(948)	(2.220)	-	-	-	Projeto Solar – controladora		1.725	-	1.725	1.725
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	-	(55)	-	-	-			4.261	(1.053)	3.208	3.884
UFV TNT Caico I	(50)	-	-	-	-						
UFV TNT Picos I	(876)	-	-	-	-						
UFV TNT Picos II	(120)	-	-	-	-	Móveis e utensílios – controladora		68	-	(10)	57
UFV TNT Picos III	(51)	-	-	-	-	Máquinas e Equipamentos – controladora		6	-	(1)	5
UFV TNT Picos IV	(1.030)	-	-	-	-	Computadores e periféricos – controladora		173	-	(63)	109
UFV TNT Picos V	(782)	-	-	-	-	Benfeitorias – controladora		1.072	-	-	1.072
UFV TNT Picos VI	(75)	-	-	-	-	Aparelhos telefônicos – controladora		16	-	(4)	12
UFV TNT Petrolândia	(1.237)	-	-	-	-	Veículos – controladora		275	-	(69)	205
UFV TNT Jaguaruana I	(1.818)	-	-	-	-	Instalações – controladora		26	-	(3)	23
UFV TNT Jaguaruana II	(1.881)	-	-	-	-	Arrendamentos – controladora		524	(510)	(14)	-
UFV TNT Valença do Piauí I	(1.176)	-	-	-	-	Projeto Solar – controladora		1.725	-	-	1.725
UFV TNT Valença do Piauí II	(1.248)	-	-	-	-			3.884	-	(510)	(165)
UFV TNT Valença do Piauí III	(439)	-	-	-	-					(165)	3.208
Mutuo João – Trinity Participações	-	-	(87)	-	-						
Mutuo Thiago – Kompass	-	-	(495)	-	-						
Brasil GD I.F.E.P.E	(13.500)	-	(13.500)	-	-						
	(32.505)	(30.687)	(14.074)	-	-						
Os valores referentes a partes relacionadas, em seu maior montante, são referentes mútuos entre as partes indicadas e a Trinity Renováveis. Adicionalmente, a Companhia apresentava registrado na rubrica de Outros Passivos o montante de R\$ 13.500 mil na controladora, correspondente a recursos financeiros recebidos do Fundo de Investimentos Brasil GD, entidade classificada como parte relacionada da Companhia, em conformidade com o CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, sendo o referido saldo apresentado na linha ‘Outros Passivos’ do balanço patrimonial e demonstrado nesta nota para fins de evidênciação das partes relacionadas. Os recursos foram disponibilizados no contexto de tratativas negociais destinadas à estruturação de futura operação entre as partes, constituindo adiantamentos financeiros de natureza reembolsável enquanto não superadas as condições precedentes necessárias para a formalização definitiva da transação pretendida. Na data-base das demonstrações financeiras, embora os direitos e obrigações decorrentes da operação já estivessem definidos entre as partes e os respectivos recursos integralmente disponibilizados, a formalização contratual encontrava-se em fase final de elaboração, razão pela qual os valores permaneceram registrados como obrigação financeira da Companhia na rubrica de Outros Passivos. A formalização documental da operação será concluída ao longo do exercício de 2026, refletindo a substância econômica dos compromissos já assumidos pelas partes, sem produzir efeitos sobre o reconhecimento, a mensuração ou a classificação contábil dos valores registrados em 31/12/2025. Todas as movimentações financeiras foram realizadas por meio de operações bancárias regularmente identificadas, registradas tempestivamente na contabilidade da Companhia e suportadas pelos respectivos comprovantes financeiros, não havendo, com base nos registros e comprovantes disponíveis, operações não registradas ou efeitos patrimoniais decorrentes da ausência de formalização documental na data-base das demonstrações financeiras. Em observância ao CPC 05 (R1), a Companhia apresenta a Brasil GD como parte relacionada, bem como divulga a natureza da operação e os respectivos saldos existentes em 31/12/2025, entendendo que as presentes divulgações refletem adequadamente a essência econômica das transações realizadas entre as partes. 10. Investimentos: a) Composição:											
	Saldo em aberto:		31.12.2025	31.12.2024							
Trinity Participações e Administração de Bens Ltda.			(419)	(67)							
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.			5	10							
Kompass Energia S.A.			760	12.937							
Kompass Energia S.A. – ajuste valor justo			5.401	5.400							
Kompass Energia S.A. – compra vantajosa			17.920	17.920							
Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda			(420)	(42)							
Evolua Livre Comercialização de Energia S.A.			27	549							
UFV TNT Trairi II Ltda.			8	8							
Banco Sicoob			270	-							
			23.552	36.715							
b) Movimentação:											
	31.12.2024	Aporte	Método de equivalência patrimonial	Ajuste Exercício anterior equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	31.12.2025					
Trinity Participações e Administração de Bens Ltda.	(67)	-	(352)	-	-	(419)					
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	10	-	1.076	-	(1.081)	5					
Kompass Energia S.A.	36.257	13.745	(16.159)	(9.762)	-	24.081					
Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda	(42)	-	(378)	-	-	(420)					
Evolua Livre Comercialização de Energia S.A.	549	25	(547)	-	-	27					
UFV TNT Trairi II Ltda.	8	-	-	-	-	8					
Banco Sicoob	-	270	-	-	-	270					
	36.715	14.400	(16.360)	(9.762)	(1.081)	23.552					
Ativo não circulante	36.824	-	-	-	-	24.390					
Passivo não circulante	(109)	-	-	-	-	(838)					
	36.715	-	-	-	-	23.552					
11. Imobilizado: a) Controladora:											
	2025		2024								
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Reapresentado Imobilizado líquido						
Móveis e utensílios – controladora	10	106	(49)	57	68						
Máquinas e Equipamentos – controladora	10	7	(2)	5	6						
Computadores e periféricos – controladora	20	425	(316)	109	173						
Benfeitorias – controladora	4	1.072	-	1.072	1.072						
14. Empréstimos: a) Movimentação Consolidada:											
	Empresa	Custo Dívida	Vencimento	Saldo 2024	Captação	Encargos, at. monetária, cambial e juros	Encargos e custos empréstimos à amortizar	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldo 2025	
Banco Paulista	TR	100% DI + 0,6434% a.m.	11/03/2026	7.054		846	-	(5.600)	(915)	1.385	
BNB – Trinity Renováveis	TR	CDI + 0,25% a.m.	10/12/2025	15.121		1.165	-	(13.767)	(2.519)	-	
BNB – Trinity Renováveis II	TR	CDI + 0,37% a.m.	06/06/2029		35.000	3.137	-	(4.375)	(2.770)	30.992	
Bradesco (4131)	TR	CDI 100% + 4,65% a.a	15/12/2025	1.132		32	-	(1.100)	(64)	-	
BV – Swap	TR	CDI + 3,8% a.a.	28/04/2025	3.367		241	-	(3.425)	(183)	-	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TR	100% DI + 0,13% a.m.	19/12/2028	15.000		2.223	-	(1.429)	(1.777)	14.017	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – KOMPASS	KP			847		63	-	(847)	(63)	-	
CCB Itaú – Renováveis	TR			34	8		-	(32)	(1)	9	
CDC BRADESCO	TR	5,72390% a.a.	14/12/2026	160	1.100	-	-	(104)	(20)	1.136	
CRI II – Trairi	UFV TRAIRI I	IPCA (base 360, pro rata) + juros remuneratórios de 9,0% a.a. (capitalização composta)	16/07/2027		25.628	7.034	-	-	-	32.662	
CRI II – UFV Cação I	UFV CACAO I			4.623		620	-	-	-	5.243	
CRI II – UFV Cação II	UFV CACAO II			4.623		620	-	-	-	5.243	
CRI II – UFV Camurupim I	UFV CAMURUPIM I			4.623		631	-	-	-	5.254	
CRI II – UFV Camurupim II	UFV CAMURUPIM II			4.623		631	-	-	-	5.254	
DANIELLE – REPAC. II	TR	2,50% a.m.	05/01/2026	-	8.870		-	-	-	8.870	
DANIELLE – REPAC. I	TR	2,10% a.m.	10/05/2025	-	3.069	187	-	(3.069)	(187)	-	
DANIELLE I	TR	1,85% a.m.	10/01/2025	1.874	-	126	-	(1.840)	(160)	-	
DANIELLE III	TR	1,80% a.m.	10/11/2025	16.910		429	-	(15.075)	(2.264)	-	
DANIELLE IV	TR	2,10% a.m.	10/10/2025	11.313		-	-	(10.083)	(1.230)	-	
Debentures – Trinity Nordeste	TN	IPCA + 9,3359% a.a. (base 252)	15/01/2043		90.000	3.819	- 4.125	-	-	89.694	
FIDC SOL – KOMPASS	KP			45.868	-	10.509	-	- 8.709	-	47.668	
Holding	TP			81			-	(81)	-	-	
INTRABANK I	TR			2.140			-	(2.125)	(15)	-	
INTRABANK II – B	TR			4.181		20	-	(4.049)	(152)	-	
KS (I)	TR	1,80% a.m.	10/05/2025	2.829			-	(2.582)	(247)	-	
KS (II)	TR	1,79% a.m.	10/05/2025	11.872		1.673	-	(5.921)	(1.595)	6.029	
KS (III)	TR	2,20% a.m.	10/11/2026	-	4.040	149	-	(244)	(149)	3.796	
OPEA	TR	Sênior = DI + 3,50% a.a., Mezanino = DI + 10,50% a.a., e Júnior com lógica residual	22/06/2026		70.000	7.176	-	(501)	(6.339)	70.336	
Santander	TR			1			-	(1)	-	-	
SICOOB	TR	0,4075% a.m. + CDI	22/10/2029		9.000	102	-	(188)	(101)	8.813	
				158.276	246.715	41.433	(4.125)	(85.147)	(20.751)	336.401	
Passivo circulante				120.718	-	-	-	-	-	152.451	
Passivo não circulante				37.558	-	-	-	-	-	183.950	
Covenants : Em 31/12/2025, determinados contratos financeiros da Companhia continham cláusulas de covenants financeiros e não financeiros, bem como disposições de vencimento antecipado e cross default usuais para operações dessa natureza. No curso do exercício, a Administração identificou o potencial desenquadramento de determinados índices contratuais e iniciou imediatamente tratativas com os respectivos credores. Como resultado dessas negociações, foi obtida a anuência dos credores para a manutenção das condições originalmente contratadas, permanecendo preservado o cronograma de amortização das obrigações financeiras. A formalização documental dos respectivos waivers ocorreu após o encerramento do exercício, em razão dos procedimentos societários e operacionais inerentes à sua aprovação, caracterizando evento subsequente. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não recebeu qualquer notificação formal de vencimento antecipado, declaração de inadimplemento ou comunicação de exercício de cláusulas de cross default. Da mesma forma, nenhum credor manifestou intenção de acelerar o vencimento das obrigações ou exigir sua liquidação antecipada. Dessa forma, a Administração concluiu que o desenquadramento identificado não resultou, em sua essência econômica, na perda do direito de manter o perfil originalmente pactuado das obrigações financeiras, razão pela qual tais passivos permanecem classificados de acordo com seus respectivos vencimentos contratuais. Essa conclusão considera o conjunto dos fatos e circunstâncias existentes, incluindo a anuência obtida junto aos credores durante o processo de negociação e sua posterior formalização, bem como a efetiva inexistência de qualquer exigibilidade antecipada das obrigações. Paralelamente, a Companhia permanece conduzindo negociações destinadas ao contínuo aperfeiçoamento de sua estrutura de capital, em ambiente colaborativo com seus credores e demais stakeholders, reforçando sua estratégia de gestão financeira e de liquidez.											
continuação ▶											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação <<					TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.				
15. Obrigações tributárias :					evidência objetiva adicional de expectativa de geração de resultados tributáveis futuros. Considerando o conjunto dessas evidências, a Administração concluiu que permanece provável a realização do ativo fiscal diferido registrado em 31/12/2025, razão pela qual sua manutenção nas presentes demonstrações financeiras é considerada adequada. As premissas que suportam essa conclusão serão reavaliadas periodicamente, refletindo tempestivamente eventuais alterações nas expectativas de realização, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. 18. Contingências: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária, previdenciária e ambiental, decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração acompanha continuamente a evolução dessas demandas, com o suporte de sua assessoria jurídica interna e de escritórios externos especializados, avaliando periodicamente a necessidade de constituição de provisões ou de divulgação de passivos e ativos contingentes, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Contingências passivas: Em 31/12/2025, o Grupo Trinity possuía 35 reclamações trabalhistas em tramitação, representando exposição classificada como perda possível de R\$ 4.998, das quais apenas quatro demandas, no montante de R\$ 199, foram classificadas como de perda provável, encontrando-se devidamente provisionadas nas demonstrações financeiras. Na mesma data, a Companhia figurava em 26 demandas de natureza cível, representando exposição classificada como perda possível de R\$ 86.821. Em consonância com o CPC 25, tais processos não demandaram constituição de provisão, uma vez que, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, não se caracterizou obrigação presente cuja saída de recursos fosse considerada provável. Ativo contingente: Entre as demandas judiciais em curso, destaca-se procedimento arbitral cujo potencial benefício econômico é estimado em aproximadamente R\$ 80.000. A avaliação da Administração fundamenta-se em análises realizadas por sua assessoria jurídica interna, bem como em pareceres jurídicos independentes (legal Opinion) emitidos especificamente para subsidiar a avaliação da probabilidade de êxito da demanda por escritórios de advocacia de reconhecida especialização e reputação na matéria. As conclusões desses pareceres convergem quanto à consistência dos fundamentos jurídicos da pretensão discutida e à existência de elementos técnicos relevantes que sustentam uma expectativa favorável quanto ao desfecho do procedimento arbitral. Não obstante essa avaliação, considerando que o procedimento permanece em tramitação e que a realização do correspondente benefício econômico depende de decisão arbitral definitiva, a Administração concluiu que, em 31/12/2025, ainda não estavam atendidos os requisitos previstos no CPC 25 para o reconhecimento contábil do respectivo ativo, motivo pelo qual o potencial benefício econômico permanece divulgado exclusivamente em notas explicativas. A Administração continuará acompanhando a evolução do procedimento arbitral e reavaliará, a cada período de reporte, as premissas relacionadas à probabilidade de realização dos benefícios econômicos associados à demanda, promovendo tempestivamente os reconhecimentos contábeis e as divulgações cabíveis, conforme a evolução do processo e as disposições do CPC 25.				
					compra de energia, foi no montante líquido de R\$ (7.532) em 31/12/2025 e R\$ (9.061) no respectivo período de 2024, foi reconhecida na Rubrica "Valor justo de contratos de energia" no resultado. O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão líquidos dos impostos de PIS/COFINS (aliquota de 9,25%) e taxa real de desconto de 5% ao ano. A Sociedade tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2043:				

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Estatuto Social e na legislação aplicável. As ações ordinárias anteriormente de titularidade dos acionistas em tela serão adquiridas por meio do exercício da opção de compra pelos acionistas remanescentes, permanecendo, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, pendente a conclusão do estudo de *valuation* destinado à apuração do respectivo valor de aquisição, em conformidade com o procedimento estabelecido no Acordo de Acionistas. A Administração avaliou os eventos subsequentes descritos nesta Nota Explicativa e concluiu que, exceto quando expressamente refletidos nas presentes demonstrações financeiras, tais eventos não ensejam ajustes aos saldos reconhecidos em 31/12/2025, sendo divulgados em conformidade com o CPC 24 – Evento Subsequente.

João Alberto Bertin Sanches - Diretor Presidente

Lucineide de Fatima Vilera - CRC SP 313797/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS COM RESSALVAS

Aos Acionistas e Administradores da **Trinity Energias Renováveis S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalvas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade" ou "Trinity")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trinity Energias Renováveis S.A.** em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalvas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Covenants:** Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14, a Sociedade possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) e de *cross default*. Em 31/12/2025, a Sociedade estava em descumprimento de certas obrigações contratuais. Apesar de ter obtido *waivers* dos credores após o fechamento do exercício, a Sociedade não possuía, em 31/12/2025, o direito incondicional de adiar a liquidação dessas dívidas por mais de 12 meses. Dessa forma, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tais obrigações deveriam ter sido integralmente classificadas no passivo circulante naquela data. Consequentemente, o passivo circulante encontra-se subavaliado e o passivo não circulante superavaliado em R\$ 93.819 mil em 31/12/2025. **Realização de impostos diferidos:** A Sociedade possui registrado na rubrica de ativo fiscal diferido, classificada no ativo não circulante, o montante de R\$ 57.093 mil em 31/12/2025. Entretanto, considerando a ausência de histórico recente de rentabilidade e o fato de não nos ter sido disponibilizado estudo formal que demonstre a geração provável de lucros tributáveis futuros em montante suficiente para suportar a realização desses créditos tributários, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes quanto à sua recuperabilidade. Consequentemente, entendemos que o saldo de ativo fiscal diferido deveria ter sido integralmente baixado, resultando em uma superavaliação do ativo não circulante e do resultado do exercício em R\$ 57.093 mil nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31/12/2025. **Contratos futuros de energia:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, a Sociedade possui registrado no balanço patrimonial o montante líquido de R\$ 369 mil a receber referente a contratos futuros de energia mensurados ao valor justo. Com base em nossos procedimentos de auditoria, estimamos que, se tivesse sido utilizada uma estimativa apropriada para os preços futuros, o saldo líquido desses contratos está superavaliado em aproximadamente R\$ 9,8 milhões, com correspondente efeito no resultado do exercício findo em 31/12/2025, líquido de efeitos tributários. Consequentemente, o patrimônio líquido nessa data também se apresenta superavaliado no mesmo montante. **Resultado de equivalência patrimonial:** Durante o exercício findo em 31/12/2025, a Sociedade reconheceu no resultado o montante de R\$ 9.762 mil na rubrica de equivalência patrimonial, referente a efeitos de sua controlada relacionados ao exercício anterior, findo em 31/12/2024. Esse montante foi registrado em contrapartida ao investimento e reconhecido diretamente no resultado de 2025. De acordo com o CPC 23 (Políticas

Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), erros de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, mediante a reapresentação das informações comparativas e o ajuste dos saldos de abertura do patrimônio líquido do período mais antigo apresentado. A Administração, entretanto, não efetuou o tratamento retrospectivo requerido. Consequentemente, o resultado de equivalência patrimonial e o lucro líquido do exercício findo em 31/12/2025 estão superavaliados em R\$ 9.762 mil, enquanto os saldos comparativos e os saldos de abertura do patrimônio líquido não refletem os ajustes exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, devido ao registro desse ajuste diretamente no resultado do exercício corrente, em vez de transitar pelos saldos de abertura, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresentam inconsistência de conciliação entre si. **Passivo com parte relacionada:** Conforme Nota Explicativa nº9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Sociedade apresenta, na rubrica de partes relacionadas do passivo circulante, o montante de R\$ 13.500 mil com a Brasil GD Infra Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ou "Fundo de Investimento Brasil GD". Não nos foram disponibilizadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes que suportassem esse saldo. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes e/ou divulgações adicionais relacionados ao referido saldo de partes relacionadas em 31/12/2025, bem como aos possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. **Obrigações tributárias no passivo não circulante:** A Sociedade apresenta registrado na rubrica de obrigações tributárias do passivo não circulante o montante de R\$ 8.927 mil em 31/12/2025. Não nos foram fornecidas informações e documentação suporte suficientes para respaldar a composição, origem e mensuração desse saldo. Dessa forma, não foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes acerca da adequação do referido passivo. Consequentemente, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes sobre esse saldo, bem como os eventuais efeitos decorrentes nas demonstrações contábeis da Sociedade referentes ao exercício findo em 31/12/2025. Ênfase: **Incerteza relevante sobre continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que a Sociedade apresenta, em 31/12/2025, capital circulante líquido negativo, bem como o descumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a determinadas dívidas financeiras. Adicionalmente, conforme informado pela Administração, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) encontra-se monitorando a Sociedade quanto ao cumprimento de obrigações de balanceamento no mercado de energia. A Nota Explicativa nº 24 também descreve eventos subsequentes relevantes, incluindo renegociações de *covenants* financeiros e potenciais execuções relacionadas às obrigações assumidas. Esses fatos e circunstâncias, em conjunto com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade**

do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14/07/2026.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador
CRC 1 SP 254881/O-8

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal